

O CASO E O DESCASO O PATRIMÔNIO CULTURAL DA CIDADE DE BOA VISTA-RR

Georgia Patrícia da Silva¹
Márcia Teixeira Falcão²
Maria Aparecida Ferreira Barbosa³

Recebido em 14/04/2011
Aprovado em 09/06/2011

¹ IFRR. Doutora em Políticas Públicas. geoufpe@yahoo.com.br

² IFRR. Mestre em Recursos Naturais. marciatfalcao@oi.com.br

³ IFRR. Mestre em Educação, Ciências e Matemática. supercida14@yahoo.com.br

RESUMO:

Este artigo se propôs a analisar dez patrimônios culturais edificados tombados e as mudanças na paisagem do centro histórico da cidade de Boa Vista, capital do estado de Roraima. A pesquisa tem um caráter descritivo exploratório. A partir de observações em campo, registros fotográficos e entrevistas, verificou-se o abandono das edificações antigas, o que vem resultando na descaracterização dos imóveis, e a ausência de políticas públicas, que tem sido responsável pela “decadência” física e simbólica do patrimônio cultural. O processo de tombamento, que prometia ser um modelo de preservação sob o discurso de salvar o legado arquitetônico e histórico, atraiu olhares, mas não funcionou. Diante da identificação do descaso com o patrimônio cultural, faz-se necessário, e urgentemente, uma revisão crítica das intervenções de cunho preservacionista sobre os bens tombados, de modo a incluir e incorporar uma conscientização tácita e prática desses procedimentos, que atualmente não vêm surtindo o efeito esperado.

PALAVRAS-CHAVE:

Patrimônio Cultural. Preservação. Centro Histórico. Bens Tombados.

1. INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, a “preservação” do patrimônio cultural ganhou espaço e se destacou como assunto relevante nas cidades e nos projetos de vários governos. Num momento em que se “(re) descobriu” a potencialidade do patrimônio, houve um direcionamento de olhares e por vezes programas para os centros antigos¹, nos quais estão localizados inúmeros bens edificados considerados importantes pelo aspecto histórico-cultural a que estavam relegados.

Essas intervenções realizadas caminham para criar a qualquer custo uma imagem que desperte o desejo. A proposta parece querer apagar, em pouco tempo, as imagens negativas que se teve no passado e, às vezes, contraditoriamente, instituir uma nova paisagem com a mudança funcional das antigas áreas centrais, transformando-as em atração turística. O fato é que essas

¹ Adota-se como centro antigo o espaço urbano que no passado se constitui como o primeiro centro da cidade, lugar de fundação onde ainda estão edificações consideradas importantes, as quais alocaram parcela da população e comércio. O termo antigo é para afirmar que a região não é mais centro da cidade porque já não se constitui um ponto obrigatório, por determinados motivos, ou seja, não há necessidade para que as pessoas para lá se desloquem (VILLAÇA, 1998).

transformações em torno do patrimônio proporcionam e reforçam uma reestruturação espacial, além de trazer novas exigências. Tal situação impõe uma maior atuação do poder público na regulamentação dos usos e da ocupação do solo, para que o desenvolvimento prometido resulte em real preservação desse bem.

O centro histórico de Boa Vista passou por uma considerável visibilidade midiática desde o ano de 2005, logo após a anúncio de mais um processo de intervenção da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Carmo² iria passar. Nessa época, deu-se início à realização de várias reuniões, encontros e assembleias, para que se discutissem políticas públicas de revalorização do patrimônio cultural, as quais, sem dúvida, contribuíram para a reflexão da ação do poder público sobre o acervo edificado, que traduz a trajetória de colonização, imigração e luta em defesa da terra.

Além dessa igreja, há uma grande concentração de bens históricos no centro antigo, espaço de características singulares que representam parte da história dos boavistenses, mas com pouca valorização por parte do poder público e da própria comunidade local. Messias e Alves (2010), em recente trabalho, apontaram como a população e as instituições ainda não foram conscientizadas da importância do patrimônio cultural, que vem passando por graves consequências, como, por exemplo, o colapso das edificações antigas, o aumento de processos de destruição e abandono, além da descaracterização pelo uso de atividades comerciais.

Pode-se afirmar que o aumento da procura por espaços para habitação e comércio formal e informal na cidade acelerou de forma particular a descaracterização e, por vezes, a destruição de alguns patrimônios culturais. Souza (2002) ressalta que os problemas urbanos fazem parte do cotidiano de toda cidade brasileira, independente de seu tamanho e localização. Hoje em dia, é comum presenciar de maneira geral o tombamento dos prédios antigos, embora isso não resulte necessariamente em uma preservação, uma vez que o poder público e a sociedade se vêm abstendo do seu dever de acompanhar e manter o patrimônio cultural (SILVA *et al.*, 2008).

A falta de gestão, entendida como “crise” dos espaços de memória, implica em um processo de reflexão sobre a informação genética da cidade que sofre ameaças em meio ao caos, carecendo de restauração e preservação, em virtude dos interesses particulares e da expansão urbana desordenada.

Sob essa perspectiva, este artigo se propôs a analisar dez patrimônios e mudanças na paisagem do centro histórico da cidade de Boa Vista. O estudo justifica-se pela importância de incitar novos debates e discussões sobre a preservação dos bens de valor cultural e histórico, visto que, além de ser uma fonte de conhecimento do passado, serve também para testemunhar a cultura humana no futuro (GONZALES-VARAS, 2003)

² A matriz é um dos marcos da cidade de Boa Vista. Já passou por várias reformas, sendo a de 2006 a mais polêmica.

O trabalho apresentado faz parte de uma pesquisa mais ampla, desenvolvida por professores³ e alunos do curso de Tecnologia em Gestão do Turismo do IFRR, apoiada por uma revisão bibliográfica para aprofundar o tema em questão. No intuito de identificar as paisagens do patrimônio fizeram-se observações em campo com registros fotográficos e entrevistas com a comunidade e servidores da Coordenação de Patrimônio Histórico da Secretaria Municipal de Cultura de Boa Vista.

2. BOA VISTA: UMA CIDADE ATRATIVA POR “NATUREZA”

Boa Vista é a capital do estado de Roraima e está localizada à margem direita do Rio Branco (Figura 01). Pesadamente, é uma cidade central e plana, com traçado urbano moderno, caracterizado por avenidas largas que convergem para o centro em uma espécie de leque urbano. É a única capital brasileira localizada totalmente ao norte da linha do Equador.

Nos anos trinta, a cidade foi planejada pelo arquiteto Alexandre Derrusson, lembrando a “antiga Paris” (GUIA TURÍSTICO, 2009). Em toda a paisagem urbana predomina o uso habitacional, sendo expressivo o número de lotes desocupados (32,5%, chegando a 29% na área oeste e sudoeste da cidade) e grandes glebas institucionais nos setores mais centrais, que também concentram os equipamentos urbanos, prédios públicos e setores comerciais especializados (IBAM, 2006).

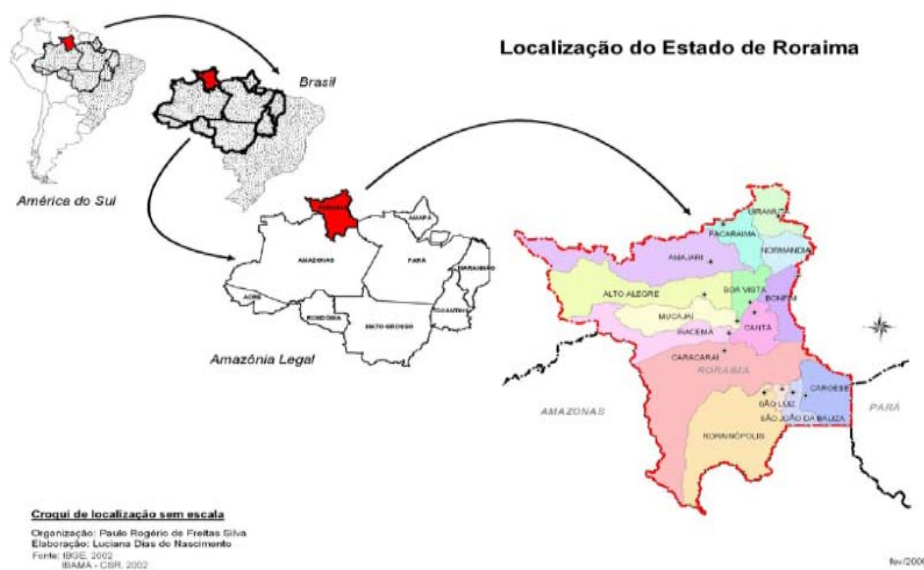


Figura 01: Mapa de localização do estado de Roraima
Fonte: Modificado de Silva (2007)

³ Os professores do curso de Tecnologia em Gestão do Turismo estão vinculados ao grupo de pesquisa que realiza diversos trabalhos sobre as inúmeras potencialidades turísticas da cidade de Boa Vista e do estado de Roraima como um todo.

A freguesia que deu origem a Boa Vista foi fundada em meados de 1830. Em 09 de julho de 1890, foi elevada à condição de município de Boa Vista. Em meados dos anos 50, tornou-se a capital do Território Federal de Roraima. No intuito de modernizar a cidade, realizaram-se várias mudanças estruturais do traçado urbanístico. O arquiteto encarregado coordenou uma equipe de bem conceituados especialistas em urbanismo, esgotos sanitários, pluviais, abastecimento de água e energia elétrica com sua rede distribuidora (MAGALHÃES, 1986).

Pavani e Moura (2006) relatam que o traçado de Boa Vista no período de 1944 a 1946, provavelmente foi inspirado nas cidades de Belo Horizonte e Goiânia. O formato de leque da capital roraimense destaca-se pela forma radial (figura 02).

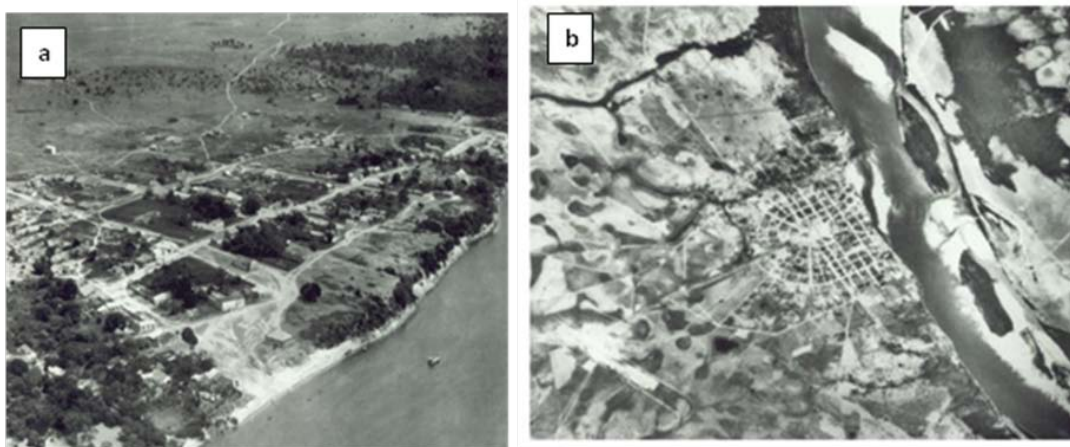


Figura 02. a) Imagem do núcleo fundante do centro da cidade de Boa Vista na década de 1920; b) Traçados em forma de leque na década de 1940. Fonte: PAVANI; MOURA (2006)

Desde 1940, o estado de Roraima vem apresentando um crescimento demográfico devido a ondas sucessivas de migrações, preponderantemente do norte e nordeste brasileiros. As mais expressivas ocorreram nas décadas de 70 e 80, com a instalação de garimpos e a construção da BR 174, que liga o Brasil à Venezuela.

Vale (2007) aponta que a concentração populacional na cidade de Boa Vista⁴, é um resultado dessas ações e o crescimento urbano acelerado o que ocasionou um acréscimo de novos bairros, totalizando, em 1991, 30 novos bairros, conforme a Lei nº. 244, de 06 de setembro de 1991, que trata do Plano Diretor da cidade. Em 1999, com a alteração do Plano, redefinindo o limite de alguns bairros e acrescentando outros, efetivou-se um acréscimo de 41 novos bairros entre os anos de 1980 a 2000. No ano de 1980, como área realmente urbanizada em Boa Vista destacava-se o Centro, com características peculiares.

⁴ Conforme registro geral dos dados levantados pelo IBGE-RR percebe-se que, dos 15 municípios do Estado de Roraima, Boa Vista é aquela que concentra aproximadamente 62% da população atual, ficando em torno de 38% da população distribuídos nos demais municípios.

Nele, se aglutinava a população de mais alta renda, constituídas por políticos, funcionários, a maioria migrante, e pelos pecuaristas, de nível de renda média que, antes da criação do Território, mantinham o poder e habitavam, em geral, em casas de padrão médio (IBGE, 1981, p. 41).

A maioria dos recursos era concentrada nessa área por aportar os órgãos da administração e o comércio, o que proporcionou a dotação das redes de esgoto, d'água, elétrica e de equipamentos urbanísticos. De acordo com Vale (2007), nesse espaço se desenvolveram expressivas atividades, tais como a bancária, a educacional, a médico-hospitalar e a de lazer, esta, até final dos anos de 1970.

Mas, o crescimento urbano desordenado da cidade, acompanhado das mudanças bruscas no centro antigo, resultou na perda de referenciais da constituição da cidade e o conseqüente mau uso do legado cultural, retratados na desvalorização do acervo edificado concentrado à margem do Rio Branco, o que ocasionou a transformação da paisagem induzida também pela falta de concepção do valor patrimonial.

A paisagem urbana neste contexto pode ser entendida com um conjunto de elementos que estão inter-relacionados em um processo dinâmico urbano, antrópico e ambiental, que sofre transformações, podendo ser (re) criada por meio do processo de aceleração do capitalismo, tornando-a vulnerável pelas atuais modificações econômicas existentes e as intervenções humanas, que são agentes atuantes nesse cenário urbano (PINHEIRO *et al.*, 2008).

Para Bertrand (1972, p.2), a paisagem é uma determinada porção do espaço:

[...] o resultado da combinação dinâmica, portanto instável de elementos físicos, biológicos e antrópicos que, reagindo dialeticamente uns sobre os outros, fazem da paisagem um conjunto único e indissociável, em perpétua evolução [...]. É preciso frisar bem que não se trata somente da paisagem natural, mas da paisagem total integrando todas as implicações das ações antrópicas.

As características da urbanização brasileira fazem com que esse processo seja não só um fator gerador de problemas ambientais, mas um problema da cultura em si, já que a urbanização modifica todos os elementos da paisagem: o solo, a geomorfologia, a vegetação, a fauna, a hidrografia, o ar e até mesmo o clima. Desse modo, a urbanização não só cria novas paisagens, como novas relações de poder.

Hoje a paisagem está comprometida pela progressiva urbanização, que evolui a uma velocidade e direção diferentes, criando novas funções para o solo urbano. Os problemas urbanos cada vez mais apontam para o paradoxo de se adaptar a um sistema que tem como condicionante o avesso dos pressupostos do discurso preservacionista. Talvez eles possam ser vistos, neste contexto, como um dos fatores que historicamente será responsável pela implosão de um sistema que não

mais responde pelas necessidades emergentes, a partir do aparecimento contextual de organização e convivência social e de alternativas de produção econômica.

3. PATRIMÔNIO CULTURAL: A HERANÇA DO TEMPO EM UM DETERMINADO ESPAÇO

Nas últimas décadas, o patrimônio histórico e cultural das cidades vem recebendo grande atenção. Preservá-los ao longo do tempo pode manter viva a história de um grupo ou sociedade. Para Rodrigues (2001, p.16), o patrimônio representa a identidade local e, por mais diversa que seja a população, a sua criação serve como uma ponte que resume várias histórias em uma só. “O patrimônio refere-se às pessoas, às origens e à história de uma comunidade (PORTUGUEZ , 2004, p.8).

Segundo Drummond (2004), o patrimônio humano ou artificial contempla os produtos da história, cultura e tradição, como construções históricas, museus, sítios arqueológicos e eventos e, de maneira simplificada, pode ser visto o “que é ou pode ser herdado”, podendo incluir tradições, eventos históricos, valores, coleções de arte, dentre outros. Neste sentido, o conceito de patrimônio cultural, como enfatiza Drummond (2004), não se restringe apenas à arquitetura e a outros bens móveis, mas deve ser entendido de forma bem ampla, já que a ele pertencem também todas as manifestações culturais de um povo. Portanto, não devem ser consideradas apenas as manifestações das classes dominantes, mas também as expressões de todas as classes sociais, pois isto é o verdadeiro testemunho de uma civilização (PELLEGRINI FILHO, 1993).

De maneira comum, o termo patrimônio traz no conjunto de seu significado uma relação estreita com a ideia de herança: algo a ser deixado ou transmitido para as futuras gerações. O patrimônio cultural é visto, portanto, como um legado de um povo ou conjunto de bens e valores representativos de uma nação. De acordo com Bogéa (2007), o patrimônio cultural é o conjunto de bens que possuem valores históricos, artísticos, científicos ou associativos e que definem, em diferentes escalas, a identidade de uma comunidade, uma região ou um país e que devem ser preservados como legado às gerações futuras.

Em uma visão mais racional, o patrimônio que deveria ser preservado para guardar a memória do local, passou para outra lógica, a de que ele também poderia servir como elemento de apreciação dos turistas. Assim, o crescimento da importância dada ao patrimônio fundamenta-se não apenas no reconhecimento de seu valor cultural, mas principalmente em seu potencial como mercadoria de consumo cultural (RODRIGUES, 2001). Na prática, o patrimônio vem mobilizando os homens em uma busca constante pelo autêntico (MacCANNELL, 1999) e por retorno financeiro,

tal como preceitua o turismo, que há uma procura de lugares junto a outros povos, em diferentes culturas, de experiências que não mais vivenciam em sua sociedade.

Hoje, parece que todos os municípios estão despertando como uma das formas de saída econômica para o desenvolvimento municipal, principalmente através do turismo cultural que, por razões mais ou menos óbvias, é mais fácil de implementar porque a infraestrutura (asfalto, restaurantes, comunicações) muitas vezes está pronta e os atrativos também (PORTUGUEZ, 2004 p. 9).

Assim, além de testemunhar a memória histórica, o patrimônio também passou a servir como elemento de diferenciação entre as cidades, e com a reorganização espacial estritamente relacionada com os atuais sistemas produtivos, teve o interesse econômico em primazia, desencadeando a consolidação de um modelo “hegemônico”. Logo, o patrimônio não é um dado sempre existente, mas uma invenção social que tem ganhado força. Hoje em dia, o que está havendo é um “redescobrimento” do local, e a preservação desses bens tombados está também subjacente à atividade econômica.

No caso do Nordeste, existem exemplos de cidades como Salvador, Recife, João Pessoa, Fortaleza ou Maceió, onde o poder público se utilizou dos centros históricos para atrair investimentos com a política cultural e, conseqüentemente, de preservação do patrimônio. Assim, o acervo cultural edificado ganhou notoriedade, representando, em regra, um ícone atrativo das cidades. Viu-se também que o poder público, mediante a atuação dos entes federativos, realizou investimentos, prometendo valorizar o patrimônio por meio de programas de preservação.

O debate sobre a preservação do patrimônio tem grande importância, já que o poder público se apresenta constitucionalmente imbuído de preservar a herança, a memória, embora ele destrua o legado ao se omitir ou realizar ações que aniquilam os bens tombados. Como é o caso dos centros históricos do Nordeste. Não são raras as notícias do desabamento de um patrimônio cultural edificado. Na Bahia tem mais de 111 casarões tombados que estão correndo o risco de desabar, conforme o levantamento da Coordenadoria de Defesa Civil de Salvador (CODESAL) (MAIS DE CEM..., 2010).

Em São Luís do Maranhão, a situação não é diferente. Segundo levantamento feito pela Defesa Civil, há 33 imóveis em risco iminente de desabamento, ou seja, os imóveis que são considerados patrimônio mundial estão em risco de desabar e desaparecer, causando danos não só ao patrimônio público, mas também às vidas humanas. Os dados foram fornecidos pela superintendente do IPHAN, em entrevista publicada no site da Defesa Civil do Patrimônio Histórico (CASARÕES, 2009). Além dessas, são várias as notícias sobre o abandono e descaso do poder público para com o patrimônio.

A Constituição da República Federativa do Brasil estabelece que o poder público, com a cooperação da comunidade, deve promover e proteger o patrimônio cultural brasileiro. Dispõe ainda que esse patrimônio é constituído pelos bens materiais e imateriais, tais como as formas de expressão, os modos de criar, fazer e viver, as criações científicas, artísticas e tecnológicas, as obras, os objetos, os documentos, as edificações e os demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais, os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Essa iniciativa preservacionista poderá resultar numa ação de valorização dos recursos patrimoniais capaz de atrair turistas, ao mesmo tempo em que poderá ampliar o reconhecimento da importância do legado cultural. Com relação à necessidade de uma política preservacionista, tem-se visto que uma das formas utilizadas consiste no ato legal de tombamento, que surgiu com a necessidade de proteger os bens culturais.

O tombamento, segundo Rodrigues (2001, p.21), “continua a ser a forma mais predominante, embora muitas vezes, não atenda a dinâmica necessária à manutenção do ambiente, em especial nas áreas urbanas”. A escolha desses bens é feita por meio de determinados atores, recrutados entre os intelectuais, e com instrumentos jurídicos específicos, que selecionam e lhes atribuem valor e “novos” significados. De acordo com Bogéa (2007, p.32):

O tombamento é um ato administrativo realizado pelo poder público com o objetivo de preservar, por intermédio da aplicação de legislação específica, bem de valor histórico, cultural, arquitetônico, ambiental e também de valor afetivo da população, impedindo que venham a ser destruídos ou descaracterizados.

O resultado desse processo de tombamento dos bens edificados contribui para a determinação de paisagens, as quais edificarão a cultura e o lugar que se quer instituir e preservar. Arkette (2004) enfatiza a fluidez das paisagens, sublinhando o modo como estas se relacionam com a identidade, o local e o tempo histórico. Não obstante, estas passam por alterações associadas a dinâmicas urbanas e produção do espaço. Zuking (2000) aponta que a paisagem, enquanto ordem espacial, se apresenta como marca “das instituições dominantes na topografia natural e no terreno social, bem como todo o conjunto do ambiente construído, gerenciado ou reformulado de algum modo”.

Partindo do princípio de que a preservação do patrimônio ocorre com intervenção de sujeitos e instituições que no cotidiano buscam resguardar a história vivida num espaço e territorialidades buscou-se analisar numa realidade concreta a ação de controle sobre esse bem pelo poder principal com aplicação de jurisdições em torno da existência e permanência do legado cultural.

Em Boa Vista, partindo das informações coletadas na pesquisa realizada, pode-se traçar um panorama do patrimônio edificado, com a contribuição dos sujeitos que ali estiveram e estão cotidianamente produzindo e reproduzindo as paisagens do centro histórico. Do mesmo modo que a paisagem nas suas variedades como categorias de valor natural ou construído é resultante de negociação e disputa entre concepções diferentes e, por vezes, conflitantes de atores, tornou-se base para afirmar que os bens que representam o “tempo imutável” estão sofrendo um constante movimento de transformação.

4. PATRIMÔNIOS DE BOA VISTA: O QUE É VISTO E NÃO É ENTENDIDO

A área central antiga da cidade de Boa Vista foi analisada no espaço geográfico delimitado pela pesquisa em uma perspectiva de codificação de mudanças das paisagens urbanas. Esse esquema de codificação processa-se, segundo Bogdan e Biklen (1999), como uma sequência de acontecimentos de um tipo ou gênero para outro. Desta forma, nos resultados encontrados identificou-se que muitos patrimônios estão abandonados, em virtude do descuido do poder público e da sociedade civil, podendo deixar de fazer parte do acervo da cidade.

De acordo com os representantes das instituições responsáveis pelo patrimônio cultural, existem atualmente 26 bens patrimoniais tombados, tanto pela prefeitura quanto pelo estado, onde a maior parte se concentra no centro histórico de Boa Vista. Dentre estes patrimônios, dez foram analisados (Intendência, a Casa das 12 (doze) Portas, Igreja Matriz, Casa da Petita Brasil, Prelazia, Escola São José, Catedral Cristo Redentor, Bar e Restaurante Meu Cantinho, Igreja São Sebastião, e Casa da Cultura), mas apenas cinco deles foram expostos no trabalho pelo fato de serem mais lembrados pela população e chamarem mais atenção pelo descaso que vêm sofrendo.

4.1 Igreja catedral do Cristo Redentor

A igreja catedral do Cristo Redentor foi projetada em 1967 pelo arquiteto e engenheiro Cappa Bava e Fiarent, ambos italianos (PAVANI E MOURA, 2006). Embora as obras se tenham iniciado em 1968, a sua inauguração só ocorreu em 1972, no pontificado do papa Paulo VI. A edificação tem o estilo moderno, com formas que contemplam três símbolos: uma harpa (cânticos religiosos), um navio (a barca de São Pedro) e uma maloca (nome da casa indígena local). As formas sinuosas só foram possíveis em virtude do concreto armado, que caracterizou uma construção arrojada à época.



Figura 03: Fotografia da igreja catedral do Cristo Redentor
Fonte: Moura, 2009

A catedral possui uma arquitetura futurista, mas o seu estado de conservação está decadente, pois além de o jardim do entorno se encontrar descuidado, com plantas secas, há muitas teias de aranha, a pintura está sem conservação, necessitando de restauração e não há segurança no recinto. De acordo com os entrevistados, o problema maior não é a falta de segurança, mas a existência de alguns “desocupados” que escrevem nas paredes e sujam os bancos.

4.2 Igreja de São Sebastião

Na área central, encontra-se a igreja mais antiga, de estilo neobarroco, que teve a sua construção iniciada por Guilhermina de Holanda Bessa e concluída por suas filhas, em função de um cumprimento de promessa feita a São Sebastião (PAVANI E MOURA, 2006). Apesar disso, só foi inaugurada em 1924, no dia do santo guerreiro.

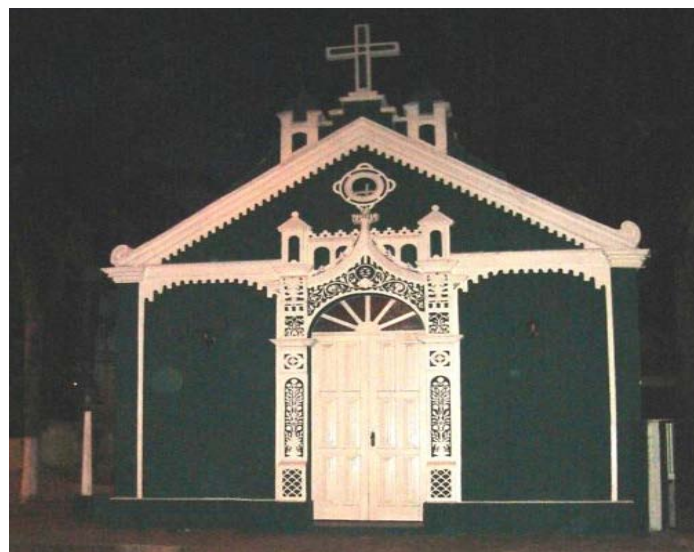


Figura 04: Fotografia da igreja de São Sebastião
Fonte: Autores, 2010

Essa igreja ainda resguarda as características originais, mas há muitas denúncias sobre situação de abandono, o que pôde ser evidenciado com a entrevista de um dos servidores da Casa da Cultura, o qual admitiu o descaso da prefeitura municipal e do estado com locais que têm importância histórica e cultural. É visível o desrespeito ao passado. A fachada do imóvel está deteriorada, com rachaduras, com a pintura em péssimas condições e rodeada de mato. Um dos entrevistados lamenta, ainda, que tal fato não tenha sido praticado pela sociedade, mas pelo poder público, que ainda se vangloria de fazer festas na cidade, esquecendo-se do produto cultural edificado.

4.3 Casa da Cultura

Essa casa foi construída por Milton Miranda na década de quarenta e vendida ao governo do Território Federal do Rio Branco. Durante muito tempo, foi residência oficial dos governadores. Porém, com a construção do Palácio Senador Hélio Campos, sede atual do governo, passou a ser sede de repartições públicas. Em 1994, foi tombada como patrimônio histórico estadual e denominada Casa da Cultura Madre Leotávia Zoller (PAVANI; MOURA, 2006).



Figura 05: Fotografia da Casa da Cultura
Fonte: Autores, 2010

Durante esta pesquisa, funcionava ali uma repartição pública que dispunha de um acervo histórico do estado de Roraima, o qual foi recentemente interdito pela Defesa Civil. Para um dos entrevistados, “é triste de se ver uma obra cultural e histórica com essa relevância ser abandonada. Mas, não há incentivo financeiro nenhum, e sem condições mínimas teve que fechar, pois até sua estrutura física foi interdita, já que o prédio pode cair a qualquer momento”. Um dos representantes do poder público frisou: “o irônico nessa história é que essa era a casa dos governadores, mas agora nem os ratos podem ficar aqui”.

4.4 Igreja matriz de Nossa Senhora do Carmo

É uma das construções mais antigas da área central. Em 1909, os padres beneditinos receberam a paróquia e fizeram um grande reforma, ou seja, construíram uma nova igreja, com características bem particulares, desvirtuando os modelos sacros comuns.



Figura 06: Fotografia da igreja matriz de Nossa Senhora do Carmo
Fonte: Autores, 2010.

Em 2006, houve uma restauração da igreja, mediante uma parceria da prefeitura municipal, diocese de Roraima e Ministério da Justiça, sob o discurso de resgatar as características originais, o que resultou em grandes modificações, as quais geraram grandes discussões expostas na mídia. Conforme aponta uma notícia em um jornal local:

Prefeitura de Boa Vista inaugura hoje o Largo da Igreja Matriz Nossa Senhora do Carmo e o Calçadão dos Pioneiros. As obras polêmicas iniciaram no final do mês de julho passado, e houve várias retaliações de munícipes e vereadores a respeito das modificações no patrimônio cultural da cidade (Inauguração..., 2009).

4.5 Fazenda Boa Vista (Restaurante Meu Cantinho)

A cidade de Boa Vista surgiu a partir da sede da fazenda Boa Vista do Rio Branco. A abundância de água, os campos naturais e os buritizais que decoravam a paisagem local foram ideais para a pecuária (MAGALHÃES, 1986). A pequena cidade tinha, quase na íntegra, uma arquitetura colonial singela, que se destacava pelo seu apelo vernáculo. Atualmente, na antiga sede da fazenda funciona o restaurante Meu Cantinho (PAVANI; MOURA, 2006).

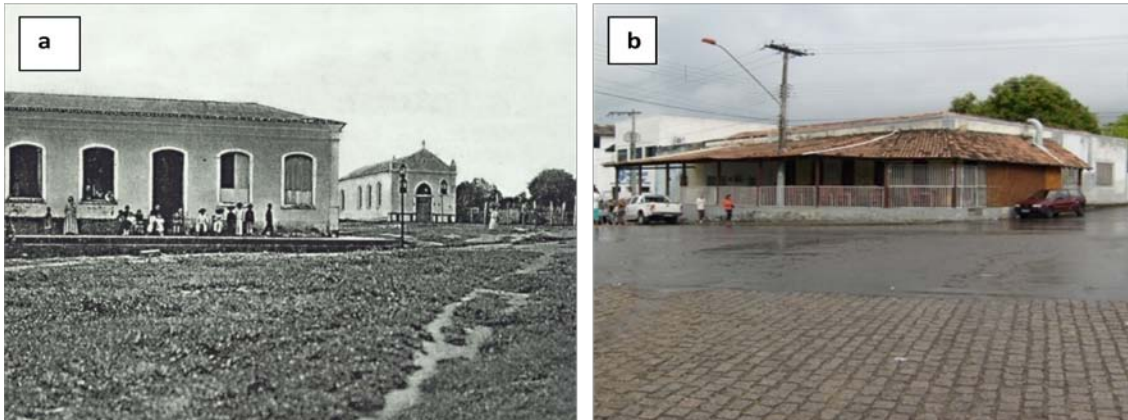


Figura 07: a) Fotografia da sede da fazenda Boa Vista do Rio Branco construída no período imperial; b) Restaurante Meu Cantinho. Fonte: a) Pavani e Moura (2006); b) Autores 2009.

A construção original, em estilo tipicamente colonial (mesmo já tendo sido construído no período imperial), vem se descaracterizando ao longo dos anos: em 1996, sofreu uma reforma. Em maio de 2004, os proprietários realizaram novas intervenções físicas, retirando o piso original. Atualmente, a disposição antiga dos cômodos e janelas se encontra comprometida, não sendo possível reconhecer, no imóvel atual, a antiga aparência colonial.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ausência de ações do poder público tem sido responsável pela “decadência” do patrimônio e transformações das paisagens do centro histórico de Boa Vista, desvalorização que vem resultando na descaracterização dos bens tombados. O aumento dos prédios deteriorados pela ação do tempo e predatória do vandalismo causa prejuízos sociais e econômicos, visto que serão necessários recursos para recuperá-los. Se a ação não for realizada em tempo hábil, isso pode ocasionar a perda de uma parte da história da cidade.

Percebeu-se, também, que os problemas do centro antigo conseguem ficar disfarçados, em função dos poucos estudos na área, à medida que há poucos elementos que manifestam ou denunciam o descaso com o patrimônio, ou seja, da história e identidade da cidade. Entretanto, muitas coisas podem ser feitas para reverter essa situação, e uma delas seria uma maior conscientização da sociedade em geral e a concretização de políticas públicas para a valorização do patrimônio arquitetônico, urbanístico e paisagístico.

Embora a Constituição Federal ressalte que o poder público é responsável pela preservação do patrimônio cultural, estabelecendo os limites administrativos das cidades, incluindo o uso do espaço, na cidade de Boa Vista não se tem visto órgãos capazes de ordenar a correta utilização do

patrimônio, principalmente os que estão já estão ameaçados e sofrem contínuas agressões do tempo e da ação humana.

Buscando entender como se constituem as paisagens do centro histórico de Boa Vista em face dos acontecimentos anteriores e presentes, chega-se à conclusão de que ela não é somente uma conquista, mas também um campo de exercício de poder, porque a maior parte da população não tem tido muitas alternativas, senão aceitar as imposições do tombamento de alguns monumentos como um elo entre presente e passado, embora em uma linha descontínua. Na verdade, o patrimônio cultural tombado está aquém da ordem simplista e abstrata das produções que consubstanciam a preservação da cultura de seu povo.

Cabe aos governantes desencadear processos de intervenção nessa realidade, a fim de reverter essa situação, conferindo, assim, maiores condições para que sua paisagem não seja tão descaracterizada. Entretanto, a discussão sobre a paisagem não se esgota apenas na revisão da situação atual dos bens tombados, mas também nos processos que concretizam a sua permanência.

Portanto, faz-se necessária, urgentemente, uma revisão crítica das intervenções sobre os bens tombados, de modo a incluir e incorporar uma conscientização tácita desse procedimento jurídico, visto que o processo de tombamento, integrado à preservação da paisagem, pode indicar a proteção do elemento edificado por seu evidente vínculo com a origem da cidade.

REFERÊNCIAS

ARKETTE, S. **Sounds Like City**. Theory, Culture & Society, 21, pp. 159-168, 2004 Texto disponível <em: <http://tcs.sagepub.com/cgi/reprint/21/1/159>>, [Data de acesso: 10.04.2008].

BERTRAND, G. **Paisagem e geografia física global, esboço metodológico**. Caderno de Ciências da Terra. N. 13, São Paulo: FFLCH/USP, 1972.

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação** – uma introdução à teorias e métodos. Porto: Porto Ed., 1999.

BOGÉA, K. B. S. R. **Centro Histórico de São Luis Patrimônio Mundial**, São Luís. 2007.

CASARÕES, **Casarões históricos de São Luís correm risco de desabar**. Imirante. São Luís Patrimônio. Disponível em <<http://imirante.globo.com/noticias/pagina187242.shtml>>[Data de acesso 10.08.2009]

COSGROVE, D. A. **A Geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas**. Londres: Macmillian, 1986.

DRUMMOND, S., Introdução à Qualidade. In: DRUMMOND, S.; YEOMAN, I. **Questões de Qualidade nas Atrações de Visitação a Patrimônio**. São Paulo: Roca. 2004.

GUIA TURÍSTICO, **Guia Turístico de Roraima** - Serie Guia das Empresas de Turismo do Brasil. Empresa das Artes, Cultura faz parte do seu negócio, 2009

GONZALES-VARAS, I. **Conservación de bienes culturales**. Madrid: Cátedra, 2003.

- INAUGURAÇÃO da praça será feita hoje – **Reportagem do Jornal Amapá**. Disponível em <<http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=1061483&page=8>> Acesso em 01.06.2010.
- IBAM - INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL – Diagnóstico Municipal Integrado de Boa Vista, 2005.
- MacCANNELL, D. **The tourist – a new theory of leisure class**. Berkeley: University of California Press, 1999.
- MAGALHÃES, J. P. **Recursos Naturais, Meio Ambiente e sua Defesa no Direito Brasileiro**. Rio de Janeiro: FGV, 1986.
- MAIS DE CEM. **Mais de cem casarões tombados correm risco de desabamento em Salvador**. Disponível em <<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/2010/07/21/maisde-cem-casaro-es-tombados-correm-risco-de-desabamento-em-salvador-diz-defesacivil.jhtm>> [Data de acesso 12.12. 2008].
- MESSIAS, G. J. e ALVES, L. N. A (des) valorização do patrimônio cultural do Centro Histórico de Boa Vista-RR. TCC do Curso de Turismo do Instituto Federal de Educação Tecnológica de Roraima–IFRR, 2010.
- PAVANI, J.; MOURA, G. **Panorama fotográfico urbanístico e arquitetônico de Boa Vista**. Brasília: Coronário, 2006.
- PINHEIRO, M.N.M.; FALCÃO, M.F.; OLIVEIRA, S.K.S. **Processos de urbanização e mudanças na paisagem da cidade de Boa Vista – RR**. In: SILVA, P.R.F.; OLIVEIRA, R.S. (Org.). **Roraima 20 anos: as geografias de um novo estado**. Boa Vista: Editora da UFRR, 2008.
- PELEGRINI FILHO, A. **Ecologia Cultura e Turismo**. Campinas, SP: Papirus, 1993.
- PORTUGUEZ, A. P. Turismo, **Memória e Patrimônio Cultural**. São Paulo: Boca, 2004.
- RODRIGUES, M. **Imagens do Passado**. A Instituição do Patrimônio em São Paulo. São Paulo: Unesp; Imesp; Condephaat, 2001.
- SILVA, P.R.F. **Dinâmica territorial urbana em Roraima – Brasil**. Tese (Doutorado) 329f. Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2007.
- SILVA, G P; Falcão, M. T; FERNANDES M. A. F; **(Re)produção de imagens do centro antigo: divergências entre o discurso e a prática no Bairro Praia Grande**. (Anais...) Fórum Internacional de Turismo do Igarassu, 2010.
- SOUZA, M. L. de. **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- VALE, A. L. F. **Migração e Territorialização: as dimensões territoriais dos Nordestinos em Boa Vista / RR**. Tese apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista, 2007.
- VILLAÇA, F. **Espaço Intra-urbano no Brasil**. Studio Nobel, FAPESP, 1998.
- ZUKIN, S. **Paisagens urbanas pós-modernas: mapeando cultura e poder** in ARANTES, Antônio (org.); O Espaço da diferença; São Paulo: Papirus Editora, 2000.